

PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO TERRITÓRIO OESTE³⁴

Rosana Maria Badalotti³⁵

Maria Luiza de Souza Lajus³⁶

Cristiane Tonezer³⁷

Regina Miranda da Silva Padia³⁸

Resumo: O artigo analisa o processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no Território Oeste, tendo em vista a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) vinculado ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e em execução desde 2003. Metodologicamente nos baseamos em dados bibliográficos e documentais. A partir de noções como desenvolvimento, território e desenvolvimento territorial descrevemos os princípios que orientam a abordagem territorial do programa e analisamos aspectos que caracterizam os espaços de institucionalidade para o desenvolvimento no território rural oeste. Por fim, analisa o processo de mobilização e planejamento das ações e estratégias para o território oeste, com ênfase para os critérios de definição dos projetos implementados, municípios beneficiados e eixos contemplados. Em linhas gerais identificamos nas premissas do programa e nas ações implementadas pelo Território Oeste, elementos que dialogam com a literatura. O espaço do Colegiado Territorial têm se constituído em mecanismo na proposição de eixos estratégicos de desenvolvimento, projetos e programas territoriais para o desenvolvimento das cadeias produtivas, agroindustrialização, comercialização, educação no campo e meio ambiente. Apesar das ações de planejamento estar orientadas por grandes eixos, identificamos limites no que se refere a participação de número reduzido de municípios e não concretização de princípios do programa como a articulação entre municípios e diferentes atores da sociedade.

³⁴ Artigo apresentado no IX Encontro de Economia Catarinense, UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC

³⁵ Doutora em Ciências Humanas (UFSC), docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: rosana@unochapeco.edu.br

³⁶ Doutora em Serviço Social, Políticas e Processos Sociais (PUC/RS). E-mail: mlajus@unochapeco.edu.br .

³⁷ Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: tonezer@unochapeco.edu.br .

³⁸ Graduada em Serviço Social, discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: regina_miranda@unochapeco.edu.br .

Palavras-chave: Planejamento; Desenvolvimento Rural; Território Oeste.

PLANNING AND MOBILIZATION PROCESS OF ACTIONS FOR RURAL DEVELOPMENT IN THE WEST TERRITORY

Abstract: The article analyze the planning and mobilization process of actions for rural development in the West Territory, considering the implementation of the National Program of Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT) linked to MDA (Agricultural Development Ministry) in course since 2013. Methodologically we rely on bibliographic and documentary data. Coming from notions such as development, territory and territorial development describes the elements that guide program's territorial approach the analyzed aspects that characterize the institutionality spaces for the development in the rural West territory. Finally, analyzes the mobilization and planning process of actions and strategies for the West territory, focusing on the defining criteria for the implemented projects, benefited towns and contemplated segments. In general lines, we identified in program assumptions and in the actions implemented by the West Territory, elements that dialogue with literature. The space of the Territorial Collegiality has been firming itself as an mechanism in the indication of strategical development segments, territorial projects and programs amongst which the development of production chains, agroindustrialization, commercialization, rural education and the environment stand out. Even though the planning actions are orientated by big segments, we identified limit regarding the participation of very few towns and non substantiation of the program principles that suggests the articulation between towns and different social roles.

Keywords: Planning; Rural Development; West Territory.

1 INTRODUÇÃO

O texto aborda parte de reflexões de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (BADALOTTI E OLIVEIRA, 2012; BADALOTTI, R.M; LAJUS, M.L de S; MENDES, M. 2013). Esta problemática está estreitamente relacionada às linhas de pesquisa do Programa que objetivam compreender e analisar os processos políticos, econômicos, sociais e culturais da região, contribuir com análise das adequações/inadequações entre as políticas sociais e as

problemáticas regionais, formular, implementar e monitorar e avaliar políticas públicas/sociais regionais.

Esta reflexão busca analisar o processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no Território Oeste ³⁹, tendo em vista a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) formulado e em execução desde 2003.

Do ponto de vista metodológico nos baseamos em dados bibliográficos e documentais. Os dados primários foram obtidos através de pesquisa documental em fontes produzidas pelo MDA/SDT e Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) ⁴⁰, agente mediador das ações desenvolvidas no Território Oeste até setembro de 2013.

Nesse sentido, o estudo caracteriza-se como de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, que em sua análise buscou apresentar os dados primários de forma quantitativa e qualitativa. Enquanto a abordagem quantitativa apreende dos fenômenos a região "[...] visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 2008, p. 22).

Para a referida análise nos baseamos na ideia de desenvolvimento territorial que a partir dos anos 2000 passou a orientar as políticas públicas para os espaços rurais dentre as quais, a proposta pelo MDA/SDT. O enfoque da abordagem territorial neste caso compreende uma visão que pretende integrar “espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas [...]”, a qual pressupõe quatro das dimensões dos processos de desenvolvimento: a econômica, a sociocultural, a político-institucional e a ambiental (BRASIL, MDA/SDT, 2005c, p. 7-9). Consideramos também a proposta do ciclo de gestão social para o desenvolvimento territorial que orienta o referido ministério e respectiva secretaria, compreendido como um processo e que se desdobra em macroprocessos entre os quais se destacam o planejamento, organização e controle social.

³⁹ O referido território atualmente está constituído por 25 municípios, com população total de 325.476 habitantes, população urbana de 252.616 habitantes (51%) e rural de 72.800 (49%) (IBGE, 2010).

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre a atuação da Apaco ver Badalotti (2003, 2005).

Neste texto nos ateremos, portanto, a uma das etapas deste ciclo que envolve a mobilização em torno do planejamento, que se propõe constituir enquanto um processo participativo, tendo em vista a elaboração de um diagnóstico de ações e eixos estratégicos para os territórios e a planificação de objetivos, diretrizes, estratégias, programas e projetos (BRASIL, MDA/SDT, 2005c, p. 16).

Para tanto, este texto está estruturado nas seguintes partes: a primeira aborda teoricamente e conceitualmente noções como desenvolvimento, território e desenvolvimento territorial e descreve os princípios que orientam a abordagem territorial do PRONAT; a segunda analisa aspectos que caracterizam os espaços de institucionalidade e ações coletivas para o desenvolvimento no território rural oeste; por fim, a última analisa o processo de mobilização e planejamento das ações e estratégias para o território oeste, com ênfase para os critérios de definição dos projetos implementados, municípios beneficiados e eixo contemplados.

2 PRESSUPOSTOS SOBRE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Visando a análise proposta, partimos do pressuposto de que a compreensão e intervenção das e nas políticas públicas ocorre necessariamente orientada por determinadas percepções sobre desenvolvimento em um território. Nesta perspectiva, compreende-se o território em seu caráter multidimensional, que envolve dimensões políticas, econômicas, culturais e simbólicas marcadas pela cooperação e conflitos, expressadas pelas relações produzidas pelos atores sociais em um campo de forças e relações de poder (MARTIN, 1997).

Haesbaert (2004) sinaliza a existência de duas dimensões inter-relacionadas para compreender o território: a simbólico-cultural e a político-disciplinar. A última é caracterizada pela ação do Estado, organizações sociais e políticas, e diretamente relacionada ao conceito de poder. Isso significa que o território através de suas diferentes instâncias de

poder político se organiza em escalas de ação, “[...] constituindo uma complexa rede de interações cujos interesses políticos se materializam no território” (CASTRO, 2005, p. 128).

A categoria de território desta forma compreendida é diferente na noção geopolítica de Estado-Nação. O Estado-Nação não é o território *per se*, mas sim o local das diversas relações sociais e também de atuação do Estado, em que “[...] o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas” (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

Nesta direção Esteva (2000) chama a atenção para os princípios ideológicos, políticos e éticos que orientam os processos de desenvolvimento, sugerindo a desconstrução de tal ideia que comumente está associada à metáfora da evolução, do crescimento e da maturação. É nesta perspectiva de desconstrução do desenvolvimento como um dado natural e associado apenas a lei da escassez que compartilhamos com as ideias de Esteva, sobre a importância de pensar o desenvolvimento enquanto um processo de construção social vinculado à esfera econômica, política e ética, enquanto um processo integrado de expansão de liberdades.

As reflexões de Amartya Sen (2000) de que o desenvolvimento não se reduz a crescimento econômico, mas sim como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas, tais como disposições sociais e econômicas (serviços de educação e saúde), direitos civis, liberdade de participação política, respeito aos diferentes valores sociais e costumes, igualdade entre os sexos, entre outros, são fundamentais para compreender os limites e possibilidades das concepções e processos que orientam as políticas públicas e sociais na contemporaneidade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, as categorias desenvolvimento e território são, portanto, fundamentais para compreender os pressupostos do PRONAT. Embora essa questão não seja nova no pensamento social, cabe perguntar por que a abordagem territorial vem despertando tanto interesse entre os planejadores e formuladores de políticas públicas, bem como entre os estudiosos?

Em relação às tendências contemporâneas que têm orientado os estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial, Favareto (2010) realiza uma síntese sobre o que denomina de literatura científica e normativa. Tanto um campo quanto outro estão orientados

por referências internacionais as quais têm imprimido nas diretrizes e experiências de políticas para o desenvolvimento de regiões rurais no Brasil a discussão sobre desenvolvimento territorial.

Favareto (2010, p.23-24) enfatiza que a experiência de indução ao desenvolvimento rural que têm influenciado significativamente estudiosos no mundo e a elaboração de políticas públicas se trata do programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais, mais conhecido como Leader que surgiu em 1991, como Iniciativa Comunitária da União Europeia, “nos marcos de um amplo processo de discussão sobre as formas de planejamento de políticas no continente, em crescente preocupação com as discrepâncias entre regiões”. Em relação aos avanços afirma que este tipo de projeto “[...] possibilita ir-se além da definição setorial”, entretanto, o sucesso nesta direção depende da “maneira como são combinadas às expectativas dos atores sociais”. Tal expectativa está assentada em uma visão interacionista que normalmente não considera as diferenças e conflitos de interesses entre os atores.

Considerando a diversidade de enfoques e o caráter normativo que têm orientado as chamadas abordagens territoriais, Favareto (2010) afirma que não existe uma teoria do desenvolvimento territorial, mas experiências empíricas que precisam ser compreendidas. No caso do Brasil, tal debate passou a permear o campo acadêmico e institucional a partir dos anos 90, período em que emergem importantes mudanças no meio rural e no desenho institucional das políticas públicas, **decorrência de um processo de reformulação do papel do Estado e de organização da Sociedade Civil (grifos das autoras).**

Nesta direção, Schneider (2010, p. 299), enfatiza que a abordagem territorial do desenvolvimento rural surge em um contexto de redefinição do papel do Estado e do realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento, tendo em vista o redirecionamento da intervenção estatal, pois “[...] em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais”.

Na mesma esteira de preocupação de Favareto, compartilhamos do pressuposto de Andion (2007, p.97-8) de que a ideia de desenvolvimento territorial deve ser compreendida como integradora de duas dimensões analíticas interdependentes: a dimensão empírica e a dimensão normativa. A dimensão empírica pressupõe a análise do desenvolvimento territorial na condição de processo e a maneira pela qual ele é colocado em prática por meio de ações territoriais. A dimensão normativa o percebe como uma finalidade a ser alcançada.

De acordo com Andion (2007), o cenário teórico e empírico tem buscado relacionar três noções chaves para compreender a concepção de desenvolvimento territorial: o meio ambiente, o território e a ação coletiva. Os diversos campos de estudo têm adotado uma ou outra noção como central, porém, em alguns casos, determinadas correntes buscam relacionar as três dimensões em suas análises. Para fins desta análise, destacamos a terceira noção que “[...] busca compreender e descrever como os processos de desenvolvimento são colocados em prática na atualidade, a partir da institucionalização da ação coletiva e do 'retorno do ator' na gestão de estratégias de desenvolvimento” (ANDION, 2007, p.52).

A perspectiva que privilegia a institucionalização da ação coletiva e do retorno do ator na gestão de estratégias de desenvolvimento constitui o *pano de fundo* da maioria das políticas de desenvolvimento a partir dos anos 2000 que passaram a adotar a abordagem territorial, à medida que se pretende um novo modo de pensar o desenvolvimento relacionado a práticas mais “alternativas”, caracterizadas “[...] pela confrontação entre poderes heterogêneos, pouco previsíveis e dificilmente hierarquizáveis” (ANDION, 2007, p. 74).

Neste sentido, se observa a criação de espaços de articulação institucional e de gestão social do desenvolvimento, tais como conselhos, comissões, fóruns, como uma alternativa para a administração dos conflitos e para a formulação de consensos e acordos. É a partir desse contexto de reflexões que as políticas públicas de desenvolvimento rural têm sido formuladas principalmente a partir dos anos 2000, entre as quais, destaca-se o PRONAT.

2.1 A abordagem territorial do programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais

No Brasil, as origens do debate acerca de políticas de desenvolvimento com contornos diferenciados às políticas desenvolvimentistas iniciaram a partir dos anos 90, pós-constituição de 1988, como decorrência do processo de reforma do Estado e de reestruturação do território (RUCKERT, 2005, p. 33). Tal debate vai culminar em ações governamentais e discussões nos anos 2000 que pretendiam construir as bases para uma política nacional que possibilitasse uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo no território nacional, entretanto, o que se observou ao longo da década foram formulações de diferentes políticas e programas vinculados a vários ministérios, apenas para citar dois exemplos: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional executada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) e o PRONAT.

Um dos principais objetivos do PRONAT é sugerir uma nova maneira de “conceber e de implementar políticas públicas que enfatizem o desenvolvimento rural sustentável” (SDT/MDA, 2005a, p. 6). A concepção de desenvolvimento proposta pretende construir um desenvolvimento multissetorial, na medida em que se pretende priorizar questões emergenciais como “[...] o acesso a terra, combate à fome, pobreza, indigência, doenças endêmicas, garantia à habitação, segurança e trabalho” (SDT/MDA, 2003, p. 20).

O programa concebe o desenvolvimento como um plano a ser construído através do protagonismo dos diferentes atores sociais em que a noção de desenvolvimento territorial busca associar diferentes dimensões, e não significar apenas um resultado ou um fim “[...] em si mesmo”.

Para tanto, sugere um recorte territorial, onde deverão ser estabelecidas relações e processos sociais entre Estado e sociedade. É a partir dessas relações que se produzem diagnósticos para cada território rural, de acordo com suas realidades específicas. O processo de desenvolvimento territorial pressupõe uma relação contínua entre as políticas públicas (nacional, estadual etc.), planos, projetos, proposições, que deverão demandar de consultas à sociedade civil e retornar em forma de diagnóstico para cada território rural.

Neste sentido, o plano a ser construído em cada território é resultado de processos desenvolvidos de forma contínua e constante a partir de um “ciclo de gestão” (SDT/MDA, 2005c, p. 6) que pressupõe planejamento, organização e controle social por parte dos agentes sociais envolvidos. Somente após esse processo será possível implementar as ações, verificar os resultados e impactos e finalmente avaliar o alcance do programa nacional. Na sequência trataremos do processo de mobilização e planejamento das ações do Território Oeste dando destaque para a institucionalização da ação coletiva e do ‘retorno do ator’ na gestão de estratégias de desenvolvimento conforme enfatizado por Andion (2007).

3 ESPAÇOS DE INSTITUCIONALIDADE E AÇÕES COLETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO RURAL OESTE

Na região oeste de Santa Catarina, as experiências de desenvolvimento que envolve diferentes agentes sociais e territorialidades demonstram que muitas delas nasceram de iniciativas de organizações locais, outras nasceram das relações de parcerias com atores externos, o Estado por exemplo. Muitas delas produziram redes de organizações e movimentos sociais fundados em vínculos de parceria (FAVERO; GRAMACHO, 2004, p. 4).

A atuação de movimentos sociais rurais a partir de 1980 e das ONGs na década de 1990 caracterizam os espaços de institucionalidade e ações coletivas voltadas para a busca de alternativas na agricultura familiar da região, em que passa a se estabelecer uma relação mais estreita e diferenciada entre a agricultura familiar e a busca de alternativas de viabilização econômica e reprodução social para este segmento. Neste contexto podemos destacar o papel de diferentes mediadores que passaram a constituir uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, objetivando principalmente a assessoria técnica e política, a captação de recursos e a implementação de políticas públicas voltadas principalmente para a inclusão sócio-econômica de agricultores familiares vulnerabilizados socioeconomicamente (BADALOTTI, 2003).

No caso investigado observamos que os espaços de atuação de processos sociais e políticas públicas de desenvolvimento territorial e rural não se restringem somente ao Estado, estendendo-se para outras esferas sociais não governamentais, como é o caso dos movimentos

sociais, ONGs, conselhos, fóruns, etc. Teorias mais recentes associadas à Ciência Política e Sociologia Política, têm buscado definir as novas formas de atuação da sociedade civil e os novos espaços públicos de participação e deliberação de diversas problemáticas e temas. Estudos empíricos têm demonstrado a importância das diferentes formas de arranjos participativos e como os mesmos se combinam com as instituições políticas tradicionais. Segundo Dagnino e Tatagiba (2007, p. 11) se trata de “[...] reconhecer a complexidade do processo de construção democrática, na diversidade de dimensões, sujeitos e espaços que ele envolve”.

Deste processo surgem ONGs como a Apaco, criada em 1989 e que em função de um acúmulo de capital social e articulação com diferentes atores vinculados a agricultura familiar vem atuando e assessorando historicamente projetos e ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura de grupo na região Oeste de Santa Catarina. Esta associação entre 2004 e 2013 atuou como articuladora das ações do PRONAT no Território Oeste. Essa atuação tem se efetivado a partir de um processo de planejamento e execução de projetos que pretende, – de acordo com os princípios do programa nacional – envolver diferentes agentes sociais da região.

Esses processos pressupõem a participação de diferentes atores locais e regionais, para a constituição de redes organizativas e produtivas visando ações coletivas voltadas para o desenvolvimento territorial. A gestão desses processos deve estar pautada, portanto, na participação da sociedade civil e dos diferentes níveis de governo, visando à discussão, formulação, articulação, pactuação e ao controle social das políticas públicas.

À luz da reflexão de Avritzer e Pereira (2005) podemos afirmar que esses processos pretendem se constituir em inovações institucionais híbridas democráticas. Os autores denominam “instituições híbridas” “[...] as formas institucionais que envolvem a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e de organizações da sociedade civil” (CUNHA, 2007, p. 26).

Os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), por exemplo, constituem espaço de participação de agentes governamentais (municipalidades, secretarias municipais, regionais e estaduais etc.) e não governamentais (movimentos sociais, sindicatos,

ONGs, conselhos, fóruns, universidades, etc.) que tenham vínculo com a agricultura familiar e reforma agrária, configurando pelo menos do ponto de vista ideal em instituições híbridas.

3.1 Processo de mobilização e planejamento das ações e estratégias para o território Oeste ⁴¹

As ações e estratégias para o território Oeste entre 2004 e 2013 foram planejadas a partir de espaços denominados de *oficinas*, dos quais participavam representantes do Núcleo Dirigente e Técnico, constituindo o Colegiado de Desenvolvimento Territorial cuja composição era formada por entidades governamentais e não governamentais da região ⁴².

O colegiado do Território Oeste possui como objetivo planejar ações e atividades, avaliar propostas de projetos e o processo de implementação e execução dos projetos já aprovados. Essas oficinas constituem também espaços de discussões temáticas e conceituais relacionadas aos eixos estratégicos de desenvolvimento, orientadores das ações, projetos e programas territoriais.

Identificaram-se diferentes momentos de planejamento e elaboração que constituem etapas ou ciclos de gestão do território Oeste a partir do ano de 2005. Entre as temáticas das oficinas, podemos destacar gestão e planejamento do território oeste catarinense; estudo propositivo de dinamização das economias do território Oeste; planificação e gestão do território Oeste; gestão e elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território Oeste; gestão social dos territórios rurais – análise e definição dos instrumentos de gestão social.

Conforme enfatizado anteriormente, as oficinas constituem espaços de planejamento,

⁴¹ Parte das informações e dados que seguem foram sintetizadas das seguintes fontes e constituem resultados de análises documentais: Badalotti e Oliveira (2012) e Badalotti, Lajus e Mendes (2013).

⁴² No período de realização da pesquisa o núcleo dirigente estava constituído por prefeituras municipais, AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste catarinense), sindicatos regionais ligados à FETRAF – Sul, Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), Cooperativas – Ascooper (Rede de Cooperação do Leite) e Cresol (Rede de Crédito Solidário), Ministério do Desenvolvimento Agrário, Casas Familiares Rurais por intermédio da Arcafar (Associação Regional das Casas Familiares Rurais), Unochapecó (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) e CEPAF/Epagri (Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar) e APACO e o núcleo técnico por representantes das prefeituras, casas familiares, cooperativas, APACO, CEPAF e Unochapecó.

proposição e avaliação de projetos e ações para o território. Estes espaços de discussão seguem critérios temáticos e conceituais definidos *a priori* chamados de *eixos estratégicos*.

Os eixos estratégicos para as ações a serem realizadas no território foram assim definidos: Eixo 1 – trata do desenvolvimento das cadeias produtivas, com ênfase na cadeia do leite (cadeias do mel, artesanato regional, agroflorestal, piscicultura, frango caipira, plantas medicinais, fruticultura e horticultura, agroindústrias familiares e suinocultura alternativa); Eixo 2 – comercialização; Eixo 3 – educação no campo (inclusão social, formação e capacitação para os agricultores familiares); Eixo 4 – meio ambiente (produção agroecológica, plantas medicinais, saneamento ambiental, alimentação de subsistência, proteção e preservação de nascentes).

De uma maneira geral, as linhas de ação que orientaram as cadeias produtivas foram: realizar um diagnóstico do território, com ênfase às cadeias produtivas existentes; analisar o diagnóstico; planejar a partir do diagnóstico; estabelecer metas em nível territorial; disponibilizar assistência técnica voltada à realidade; estudar a viabilidade dos projetos; monitorar e avaliar os projetos; desenvolver projetos de industrialização e comercialização; disponibilizar a infraestrutura necessária para a comercialização e industrialização; fomentar novas cadeias produtivas; desenvolver cursos de capacitação técnica para os agricultores; criar mecanismos que propiciem a articulação em rede das cadeias produtivas; organizar o produtor e a produção; apoiar projetos de agroindustrialização; capacitar os agricultores para o desenvolvimento das cadeias produtivas; divulgar os produtos do território; criar associação em nível regional; e conhecer o mercado consumidor (APACO, 2005a).

Em relação aos critérios para a escolha e definição dos projetos foram identificados os seguintes: - devem beneficiar um maior número de agricultores familiares; - devem ser intermunicipais; devem contemplar os eixos estratégicos; - devem estar articulados com organizações e associações; - devem realizar articulação com o poder público; - devem contemplar experiências já existentes; - devem incluir as questões de gênero e da juventude; - devem ser estratégicos para o desenvolvimento territorial; - devem preferencialmente ter foco na região; - devem ter embasamento social (APACO, 2005a).

Para a definição das prioridades, elaboração, escolha e trâmite legal dos projetos, os

territórios se guiam pelas orientações institucionais do MDA que define critérios obrigatórios para a indicação e priorização de projetos territoriais, que deverão ser seguidos pelos colegiados territoriais. Como critérios obrigatórios devem ser observados os seguintes: os projetos devem estar vinculados aos eixos temáticos ou aglutinadores dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); os projetos devem ter caráter de integração territorial ou intermunicipal; os projetos devem atender o público beneficiário das ações do MDA (agricultore (as) familiares, assentados (as) da Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadore (as) artesanais e extrativistas); para os projetos de empreendimentos econômicos e/ou sociais, deve-se indicar a forma de gestão que inclua a participação do colegiado territorial e público beneficiário; os projetos de agroindústrias têm de ser destinados a grupos com maior dificuldade de acesso ao crédito, como jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, e a agricultores (as) familiares que se enquadrem no Grupo B do PRONAF; no caso de municípios/territórios que apresentam baixo dinamismo econômico, os projetos agroindustriais podem também contemplar agricultores(as) familiares que se enquadrem no Grupo C do PRONAF (MDA/SDT, 2007, p. 1-2).

Considerando os critérios obrigatórios definidos pelo MDA, identificou-se nos documentos analisados que o Território Oeste dos projetos aprovados e executados entre 2004 a 2011 realizou diferentes ações relacionadas prioritariamente à reestruturação da cadeia do leite e outras cadeias produtivas (leite, mel e beneficiamento de grãos), com ênfase para as atividades de agroindustrialização.

A fim de identificar as ações implementadas no Território Oeste, apresentamos na sequência um levantamento dos municípios beneficiados e montante de recursos dos projetos executados no período citado, tomando como base os eixos estratégicos que orientam o PTDRS do referido território.

3.2 Municípios beneficiados e eixos contemplados

Observou-se que no ano de 2004 apenas 12% dos municípios se beneficiaram com projetos, sendo que Formosa do Sul foi contemplada com a maior quantia, correspondendo a R\$ 289.000,00, sendo 78% do valor total aplicados para o Eixo 1 na ampliação da indústria do leite para a agroindústria familiar, seguido da cidade de Chapecó, através da Apaco, a qual recebeu R\$ 49.000,00 (13%) para o Eixo 3 e por último, o município de Quilombo com a quantia de R\$ 33.000,00 (9%), também para o Eixo 3. O total geral em projetos apresentados foi de R\$ 371.000,00. Os demais eixos não foram contemplados com projetos. Para a mobilização dos investimentos, foram orçados os valores de R\$ 32.700,00 para a contrapartida e R\$ 338.300,00 para o MDA.

No ano de 2005, 44% dos municípios foram beneficiados com projetos, sendo que Chapecó se destacou com a maior parcela das arrecadações, correspondentes a R\$ 69.577,78 para os Eixos 3 e 4 sendo destinados à construção de cisternas para captação de água da chuva e para cursos de formação e capacitação destinados à Apaco. Em segundo plano seguem os municípios de Coronel Freitas e Cordilheira Alta, com R\$ 55.000,00 e 46.200,00 respectivamente, contemplando ambos o Eixo 1, sendo destinados à cadeia de produção do leite com a aquisição de tanques exotérmicos para armazenamento do leite, *notebooks*, veículos e aparelhos de fax. Para mobilização dos investimentos, fizeram parte das arrecadações R\$ 45.785,78 vindos da contrapartida dos municípios e R\$ 353.192,00 pelo MDA. Constatou-se a mobilização de R\$ 228.200,00 para as cadeias produtivas, R\$ 81.200,00 para a comercialização, R\$ 78.577,78 para a educação no campo e R\$ 11.000,00 para o meio ambiente, totalizando R\$ 398.977,78.

Em 2006 apenas 12% dos municípios receberam benefícios dos projetos, sendo que Formosa do Sul se destaca com a arrecadação de R\$ 272.000,00, correspondendo a 76% do valor total, sendo direcionado para o Eixo 1 no segmento produtivo do leite com a aquisição de equipamentos, seguido dos municípios de Chapecó (19%) através da Apaco, com o valor de R\$ 66.000,00 voltados para o Eixo 3, Educação no Campo sendo destinados para

realização de cursos de formação, e R\$ 18.000,00 para o município de Quilombo (5%) para o Eixo 3 com a aquisição de veículos. Os valores mobilizados pela contrapartida e pelo MDA são equivalentes a R\$ 31.200,00 e R\$ 324.800,00, respectivamente. Os valores correspondentes aos Eixos são de R\$ 272.000,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 84.000,00 para o Eixo de Educação no Campo, totalizando R\$ 356.000,00.

Em 2007 a situação dos benefícios fora bem mais distribuída, abrangendo 52% dos municípios amostrados. Destes, 22% do valor total (R\$ 85.000,00) foram destinados ao município de União do Oeste, os quais foram redirecionados para o segmento das agroindústrias na aquisição de equipamentos para adequação de abatedouro municipal. Por segundo, vem o município de Chapecó, com R\$ 56.100,00 (15%) voltados ao segmento das cadeias produtivas do leite, peixe e horti-fruticultura com a aquisição de conjuntos de pasteurizadores, embaladeiras de leite, cestas de vime, caixas para entrega de produtos e equipamentos para conservação de pescado. O município de Formosa do Sul segue logo atrás com 10% dos beneficiamentos, correspondendo a R\$ 38.500,00 redirecionados ao segmento da cadeia produtiva do leite. Os valores mobilizados pela contrapartida e pelo MDA são equivalentes a R\$ 71.120,00 e R\$ 313.000,00, totalizando R\$ 384.120,00. Os valores correspondentes aos Eixos são de R\$ 322.320,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 43.600,00 para o Eixo de Educação no Campo, seguidos dos Eixos de Meio Ambiente e Comercialização.

No ano de 2008, 20% dos municípios foram contemplados com projetos, sendo um destes Planalto Alegre, para adequação do sistema de inspeção municipal visando credenciamento junto ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com R\$ 115.000,00, correspondendo 26% do valor total em benefícios, direcionados ao Eixo 2 na construção de estrutura física para comercialização, na compra de equipamentos, veículos e software. Por seguinte, temos o município de Santiago do Sul, com a quantia de R\$ 110.200,00, correspondendo a 25% do valor total, direcionados ao Eixo 1 para as cadeias produtivas do leite e das agroindústrias, com a aquisição de tanques isotérmicos e padronizadora de leite. Destacam-se ainda os municípios de Águas Frias com R\$ 105.000,00

(24%), Chapecó para se adequar ao credenciamento ao SUASA com R\$ 60.000,00 (14%) e Saudades com o beneficiamento de R\$ 46.000,00 (11%).

Os valores dos benefícios foram mobilizados pelo MDA juntamente com a contrapartida, os quais corresponderam a R\$ 339.400,00 e R\$ 36.800,00 respectivamente totalizando R\$ 436.200,00. Os valores correspondentes aos Eixos são de 179.000,00 para a Educação no Campo, R\$ 115.000,00 para a Comercialização, R\$ 110.200,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 32.000,00 para o Meio Ambiente.

Em 2009, 20% dos municípios receberam benefícios, sendo que o município de Chapecó, através da Unidade Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense (UCAF), receberam a quantia de R\$ 140.000,00, correspondendo a 22% do valor total, direcionados ao Eixo 2 na realização de projetos de gestão ligados às cadeias produtivas, seguido dos municípios de Coronel Freitas e Saudades, ambos sendo beneficiados com R\$ 132.000,00 (21%) para se adequar ao credenciamento ao SUASA, redirecionando o valor dos projetos para o segmento da comercialização (Eixo 2). Os municípios de Irati e Formosa do Sul, ambos com as quantias de R\$ 114.000,00 e 110.000,00 respectivamente, tiveram seus benefícios voltados aos segmentos das cadeias produtivas de leite e agroindústrias, como também o eixo da comercialização. Os valores mobilizados para os projetos são de R\$ 574.100,00 vindos do MDA e R\$ 53.900,00 da contrapartida, totalizando R\$ 628.000,00.

No ano de 2010, dos 25 municípios do território apenas 12% foram contemplados com benefícios, sendo Novo Horizonte com a quantia de R\$ 215.000,00 destinados ao Eixo das cadeias produtivas das agroindústrias, voltados a equipamentos para o beneficiamento de sementes, armazenamento e banco de germoplasma; a Campo Erê fora destinada a quantia de R\$ 180.000,00 redirecionada ao Eixo referente à comercialização para a reforma da feira do produtor e para compra de equipamentos para um laboratório de solos; e Saudades com a quantia de R\$ 115.000,00, destinada também ao segmento da comercialização, sendo esse valor direcionado para compra de câmara fria e laboratório para análises. Para a mobilização do investimento foram destinados R\$ 457.000,00 pelo MDA e R\$ 53.000,00 pela contrapartida, totalizando R\$ 510.000,00.

Em 2011, apenas dois municípios foram contemplados com benefícios, sendo que São Carlos recebeu a quantia de R\$ 65.000,00 para o segmento das cadeias produtivas do leite com a aquisição de tanques para coleta e armazenamento do produto; e Campo Erê com a quantia de R\$ 46.036,00 para o Eixo 2, referentes à comercialização para a reforma da feira do produtor. No que diz respeito à mobilização do valor total (R\$ 111.036,00), R\$ 105.000,68 vieram por parte do MDA e R\$ 6.035,32 por parte da contrapartida.

Figura 01 – Eixos beneficiados e montante de recursos no período de 2004 a 2011.



Fonte: Badalotti e Oliveira (2012)

Comparando-se eixos beneficiados e o montante de recursos destinados aos mesmos no período de 2004 a 2011, é possível observar na Figura 01 o destaque para o Eixo 1, referente às cadeias produtivas, com o montante de R\$ 1.648.720,00, seguidos dos Eixo 2, Eixo 3 e Eixo 4, com R\$ 1.027.036,00, R\$ 467.177,78 e R\$ 52.400,00 respectivamente.

Figura 02 – Montante de recursos destinados por segmento para o Eixo das Cadeias Produtivas no período de 2004 a 2011.



Fonte: Badalotti e Oliveira (2012)

Em relação ao Eixo das Cadeias produtivas, no período de 2004 a 2011, observa-se na figura 02 uma grande mobilização de recursos para as agroindústrias familiares, com R\$ 825.820,00, seguido da cadeia produtiva do leite, com a quantia de R\$ 792.650,00.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo proposto em torno do processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no Território Oeste, em linhas gerais podemos afirmar que do ponto de vista discursivo, identificamos nas premissas do PRONAT e nas ações implementadas pelo Território Oeste, elementos que dialogam com a literatura.

Por exemplo, a multidimensionalidade do território conforme pensada por Martin (1997), Haesbaert (2004) e Castro (2005) pode ser identificada na concepção do PRONAT e nas ações de desenvolvimento rural e territorial propostas pelo Território Oeste quando da definição de eixos amplos que possam superar iniciativas setoriais, como aquelas vinculadas somente à atividades agrícolas ou convencionais, tais como a produção de matérias primas (suínos, aves, leite, etc) voltadas para as grandes empresas ou cooperativas da região. Isso significa afirmar que empiricamente o Território Oeste, mesmo que timidamente, vêm se

mobilizando e planejando para a implementação de ações políticas e produtivas que possam criar mecanismos integrados de expansão de liberdades substantivas tais como disposições sociais e econômicas, direitos civis, participação política, entre outros (SEN, 2000).

Neste sentido, os processos de indução ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas têm pressuposto mecanismos de reformulação do papel do Estado e participação da Sociedade Civil, a partir da institucionalização da ação coletiva e do “retorno do ator” na gestão de estratégias de desenvolvimento.

Tais mecanismos têm se desenhado no processo de mobilização e planejamento das ações do Território Oeste, que envolve diferentes agentes sociais na busca de alternativas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento territorial, a exemplo dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial, constituído por entidades governamentais e não governamentais.

O espaço de tais colegiados têm se constituído em inovações institucionais híbridas na proposição de eixos estratégicos de desenvolvimento, projetos e programas territoriais entre os quais se destacam eixos estratégicos para o desenvolvimento das cadeias produtivas, agro industrialização, comercialização, educação no campo e meio ambiente.

A análise bibliográfica e documental realizada em relação ao cruzamento dos dados primários nos revela em um primeiro momento que as premissas do PRONAT, no que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento do Território Oeste vêm se construindo, principalmente no apoio as cadeias produtivas alternativas – com especial foco para a cadeia produtiva do leite, considerando parte desse segmento a agro industrialização.

A constatação de que a cadeia produtiva do leite se constitui em importante estratégia de desenvolvimento territorial, nos permite reafirmar que o fortalecimento e transformação da agricultura familiar no referido território tem dependido da atividade leiteira, que a partir dos anos 2000 vem se configurando como uma ação de enfrentamento ao predomínio das grandes agroindústrias convencionais de industrialização de alimentos, das quais a maioria dos agricultores familiares da região até meados dos anos 90 estiveram vinculados, principalmente às atividades de integração na suinocultura e avicultura.

Nesse sentido, podemos afirmar que às atividades vinculadas às cadeias alternativas e agroindústrias familiares, o que inclui desde a produção, transformação e comercialização,

têm se constituído em uma perspectiva contra hegemônica à globalização econômica representada pelos grandes conglomerados agroindustriais privados ligados “[...] à lógica da produtividade com dominância cada vez maior de capitais industriais e transnacionais”, bem como a “especialização, escala e qualidade associadas à produção de alimentos padronizáveis, de baixo custo e alcance global” (MIOR, 2005, p. 262).

Os dados demonstram de uma maneira geral que no período analisado (2004-2011) foram aprovados e executados 45 projetos objetivando diferentes ações. O número de projetos de acordo com cada eixo ficou assim caracterizado: eixo 1 (24); eixo 2 (08), eixo 3 (09) e eixo 4 (04). Nesses projetos estiveram envolvidos 16 municípios dos 25. Em relação aos benefícios recebidos por eixos (recursos do MDA e contrapartidas) constatou-se que os eixos cadeias produtivas e comercialização aprovaram os maiores montantes em recursos. No eixo das cadeias produtivas os maiores investimentos foram realizados com projetos para a cadeia do leite e agroindústrias familiares.

No que diz respeito aos recursos em cada eixo, constatou-se no eixo das cadeias produtivas um grande montante está concentrado em apenas 4 municípios dos 14 beneficiados. No eixo da comercialização os recursos estão melhor distribuídos entre 5 municípios, dos 9 beneficiados. No eixo educação no campo, houve um investimento significativo por parte do município de Chapecó, seguido de Quilombo e Águas Frias. Os demais 3 municípios investiram um montante menor de recursos. Em relação ao eixo meio ambiente apenas 3 municípios investiram recursos. Em relação aos recursos investidos, cabe uma análise qualitativa sobre as ações específicas que foram desenvolvidas em cada eixo, a fim de verificar a natureza de cada projeto e compreender as prioridades de cada município.

Em relação às ações e finalidades de cada projeto, identificamos que a maior parte dos investimentos foi realizada em equipamentos e infraestrutura para o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, incluindo a agro industrialização e comercialização. Observamos também que as ações se cruzam e se complementam entre os eixos dependendo de cada projeto, onde os recursos são investidos em equipamentos e infraestrutura os mais diversos (para produção, industrialização, comercialização, divulgação, formação e capacitação) como software, computadores, livros didáticos, seminários, oficinas, cursos profissionalizantes,

projetos de gestão, etc. No que diz respeito à cadeia produtiva do leite e comercialização se observou investimentos significativos em equipamentos para armazenamento, resfriamento e conservação do leite, construções de estruturas físicas para indústria do leite e unidades de comercialização (feiras, por exemplo), aquisição de veículos, investimentos em laboratórios, etc. Em relação a esse aspecto cabe também uma investigação mais aprofundada.

Apesar das ações de mobilização e planejamento estarem orientadas por grandes eixos estratégicos, identificamos também limites para a gestão do Plano dos territórios, quando verificamos a participação de um número reduzido de municípios ou mesmo a não concretização dos princípios da política que sugere a articulação entre os municípios e diferentes atores da sociedade, o que significa que os consensos e acordos em territórios rurais não são tão simples, na medida em que exige “[...] mudanças na gestão dos municípios e impedindo muitas vezes o apoio a dinâmicas produtivas locais” (SABOURIN, 2007, p.731).

A concentração em investimentos em equipamentos e infraestrutura revela não somente uma lógica “tecnocrática e profissional” por parte dos proponentes, mas também um problema de operacionalização do “[...] financiamento dos projetos, os mesmos dependem de verbas anuais, o que leva a fragmentação dos projetos que passam por diferentes estágios (elaboração, aprovação e execução), dificultando a implementação de projetos mais amplos e Inter setoriais” (SABOURIN, 2007, p.731).

É possível afirmar também que a construção de um Plano de desenvolvimento rural, requer um planejamento a médio e longo prazo, a construção de uma cultura e capital social voltado para a lógica da proposta do MDA, o que na maioria das vezes escapa ao “real”. As prioridades são definidas levando-se em consideração possibilidades e limites das ações, ou, como afirmam os mediadores, através do confronto do futuro desejado *versus* futuro possível (APACO, 2006).

As ações e projetos propostos pelo Território Oeste com base nos eixos estratégicos orientadores em seu PTDRS, considerando as especificidades do referido território constata-se que na atualidade o apoio principalmente às cadeias alternativas produtivas se constitui em importante estratégia para o desenvolvimento territorial desse território, tendo em vista que as

atividades agroindustriais estão concentradas nas mãos de poucas empresas voltadas principalmente para o mercado internacional e globalizado.

As particularidades socioeconômicas do território rural oeste em torno da pequena produção familiar demonstram as potencialidades desejadas pelos formuladores de projetos e políticas dessa natureza em relação ao desenvolvimento sustentável, entretanto, essas potencialidades não confluem ainda em projetos Inter setoriais e de alcance regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDION, Carolina. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO.** 2007. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APACO. **Diagnóstico do Território Oeste de Santa Catarina.** Chapecó, jun. 2005.

APACO. **Gestão e Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Oeste.** Chapecó, maio 2006.

AVRITZER, L; PEREIRA, M.L.D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, Número Especial, 2005.

BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais.** 2003. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BADALOTTI, R.M; REIS, M.J. Representações dos Agricultores Familiares sobre Programas de Cooperação Agrícola e Agroecologia. In: GUIVANT, J. S; SCHEIBE, L. F; ASSMANN, S. J. **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural.** Florianópolis: Insular, 2005. p. 123-160

BADALOTTI, R.M; OLIVEIRA, Anderson Cleyton M de. Experiências e projetos para o desenvolvimento rural e regional no Território Oeste: perspectivas hegemônicas em tempos de globalização. **(Relatório de Pesquisa – Núcleo de Iniciação Científica em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade)** Edital n.036/REITORIA/2011, Unochapecó, 2012.

BADALOTTI, R.M; LAJUS, M.L de S; MENDES, M. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: caracterização de experiências e projetos no Território Oeste. pp. 822-834. **Anais** do Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Acafe. Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó [recurso eletrônico] / Eliara Solange Müller... [et al.] (Orgs.). – Chapecó: Argos, 2013. 1450 p. Disponível em: <http://www.isthmus.com.br/argos/anais_forum_acafe.pdf>

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**/Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA – Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2005a.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Documento de Apoio n. 2. Brasília: SDT/MDA, nov. 2005b.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais n. 3. Brasília: SDT/MDA, novembro 2005c.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Orientações para a indicação, elaboração e trâmite de projetos territoriais em 2007 e 2008**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p.

CUNHA, Eleonora Schettini M. O potencial de conselhos de políticas e orçamentos participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento** – Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios** / Arilson Favareto... [et.al] - Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) 220p.

FAVERO, C. A.; GRAMACHO, Z. da S. O Desenvolvimento Territorial Rural e a Universidade. **Revista Informe Gepec**, v. 8, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente (SP), n. 19/20, p.26-41, Nov.1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Argus: Chapecó, 2005.

RUCKERT, Aldomar A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento territorial. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial - Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005. 78 p.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.3, p.715-751. set; dez. 2007

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, jan/jun. 2004, p. 88-125

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista Economia e Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, Set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2014.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Artigo recebido em 15 de junho de 2016 e aprovado 16 de junho de 2016.